



**CÂMARA DE POLÍTICAS DE ENERGIA  
E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**  
**Ata da 21ª reunião, realizada em 22 de junho de 2020**

1 Em 22 de junho de 2020, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Políticas de  
2 Energia e Mudanças Climáticas (CEM) do Conselho Estadual de Política Ambiental  
3 (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de  
4 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os  
5 seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente suplente Letícia  
6 Capistrano Campos, representante da SEMAD. Representantes do poder público:  
7 Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Laura  
8 de Moraes Andrade Coutinho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
9 Econômico (Sede); Rogério Pedersoli de Lima, da Secretaria de Estado de  
10 Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Márcio Roberto Ferreira de Oliveira Ribeiro,  
11 da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Carolina Lobello Lorensini,  
12 da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Alfredo  
13 Marques Diniz, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais  
14 (Crea/MG). Representantes da sociedade civil: Guilherme Corrêa Abreu, da  
15 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Antônio Walter dos  
16 Santos Pinheiro Filho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa  
17 (Abragel); Lidiane Pedra Vieira Melo, da Associação para a Gestão Socioambiental  
18 do Triângulo Mineiro (Angá); Paulo José de Oliveira, do Espeleogrupo Pains (EPA);  
19 Roberto Messias Franco, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); Laylla  
20 Gabrielle Borges Correia Freitas, do Centro Universitário Una. **Assuntos em**  
21 **pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino  
22 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** A presidente suplente Letícia Capistrano  
23 Campos declarou aberta a 21ª reunião da Câmara de Políticas de Energia e  
24 Mudanças Climáticas. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**  
25 **GERAIS.** Não houve manifestação. **4) EXAME DA ATA DA 20ª REUNIÃO.**  
26 Aprovada por unanimidade a ata da 20ª reunião da Câmara de Políticas de Energia  
27 e Mudanças Climáticas, realizada em 27 de abril de 2020. Votos favoráveis: Segov,  
28 Sede, Seinfra, Secult, Seapa, Crea, Fiemg, Abragel, Angá, EPA e Una. Ausências:  
29 Crea e SME. **5) SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL (SLA).**  
30 **Apresentação: SEMAD.** Daniel dos Santos Gonçalves, da SEMAD, fez  
31 apresentação sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA). O conteúdo da  
32 exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. **6) PLANO DE TRABALHO DO**  
33 **OBSERVATÓRIO DE OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
34 **(ODS).** **Apresentação: FEAM.** Larissa Assunção Oliveira Santos, da FEAM, fez  
35 apresentação do Plano de Trabalho do Observatório de Objetivos de  
36 Desenvolvimento Sustentável (ODS). O conteúdo da exposição foi disponibilizado  
37 no site da SEMAD. Manifestações. Conselheiro Guilherme Corrêa Abreu: “Eu

38 queria sugerir a participação da Fiemg no Grupo 2 também, por gentileza.”  
39 Conselheira Laura de Moraes Andrade Coutinho: “Eu queria dar parabéns pelo  
40 trabalho, achei muito bacana. Eu já conhecia um pouco do projeto e fico muito feliz  
41 que agora o Estado esteja mobilizando esses Grupos de Trabalho para  
42 consolidação da agenda dos ODS. Eu até queria comentar também que faço parte  
43 de duas redes de empresas. Uma delas é a comunidade B Minas, que inclui todos  
44 os negócios de impacto social, ambiental e de inclusão aqui em Minas Gerais. E a  
45 outra é uma rede formada por grandes empresas em prol da Agenda 2030, que é  
46 a rede Desafio 2030. Se você quiser me procurar depois, ou eu posso te procurar  
47 também após a reunião, porque eu acho que as duas iniciativas são muito  
48 interessantes para representar o terceiro setor nesses GTs. Com relação ao GTs  
49 também, eu acredito que seria interessante a Sede participar do Bem-Estar e  
50 Dignidade Humana, no meu ponto de vista. A questão da geração de emprego,  
51 qualificação de mão de obra. Eu vou repassar isso para a minha equipe, para poder  
52 mobilizar então os representantes de cada GT. No mais, eu estou à disposição, e  
53 parabéns pelo trabalho.” Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Obrigada,  
54 Laura. Vamos conversar depois para que você me mostre essas duas iniciativas  
55 do terceiro setor. Eu acho que é superbenéfica a participação, ainda mais a que  
56 trabalha com a Agenda 2030, nos nossos GTs.” Conselheiro Paulo José de  
57 Oliveira: “Na verdade, hoje eu represento o EPA nesta Câmara e queria me colocar  
58 à disposição também, pelo EPA, para compor o Grupo 2. Inclusive, eu acho que  
59 tem que ter critérios para composição desses Grupos, para que sejam paritários.  
60 Todo trabalho que envolve decisões tem que contemplar a diversidade de opiniões,  
61 de ideias, e para isso tem que balizar a sua formação de uma forma que fica  
62 democrático e que as decisões não sejam visando só a um lado. Então eu acredito  
63 que os Grupos de Trabalho, embora possa parecer estranho, mas até no Grupo de  
64 Trabalho eu acredito que tenha que haver paridade.” Larissa Assunção Oliveira  
65 Santos/FEAM: “Eu acho que essa paridade está inserida quando incluímos não só  
66 organização governamental, mas também o terceiro setor e a academia. Porque  
67 são entidades com visões diferentes. E isso nós incluímos em todos os Grupos de  
68 Trabalho. Essa é a minha visão.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Na verdade,  
69 como o Grupo de Trabalho nós partimos do princípio de que vai propor ideias e  
70 sugestões, eu acredito que há de haver uma paridade naquilo que vai ser filtrado  
71 para ser encaminhado à instância superior.” Larissa Assunção Oliveira  
72 Santos/FEAM: “Eu concordo e mais uma vez eu digo que é por isso que  
73 pretendemos colocar não só organizações governamentais, mas também do  
74 terceiro setor e a academia para fazer parte dos Grupos, para escutar todos os  
75 lados. E na verdade o Observatório é uma fonte de dados, não é nada que vá  
76 comprometer algum outro lugar ou outro órgão, que vá ajudar uma tomada de  
77 decisão de certo setor ou não. Nós só pretendemos compilar todos os dados e  
78 fazer a gestão das ações.” Morjana Moreira dos Anjos/FEAM: “Só para poder  
79 complementar um pouquinho também a fala da Larissa em relação à questão de  
80 paridade do Observatório, a Câmara de Energia e Mudanças Climáticas é o

81 principal instrumento que nós temos dentro da FEAM justamente para tentar trazer  
82 todos os nossos produtos para o debate, para o diálogo e toda a contribuição.  
83 Então eu acho que aqui é exatamente o lugar para ter essa questão de paridade,  
84 e todo mundo que tiver qualquer contribuição ou qualquer ponto que possa levantar  
85 para discutir, para o debate, realmente o objetivo da Câmara é justamente esse.  
86 Então todos os objetivos do Observatório, assim como os principais produtos que  
87 serão lançados, serão aqui também debatidos.” Conselheira Lidiane Pedra Vieira  
88 Melo: “Eu vou falar primeiramente em nome da Angá. Aqui eu sou conselheira  
89 suplente. Acredito que a inclusão da Angá no GT 2 é bem pertinente. E vou verificar  
90 com os outros conselheiros sobre a participação em outro GT. Agora falando como  
91 pesquisadora da UFMG. Eu vi também que a UFMG está em alguns GTs. Não sei  
92 se vocês já entraram em contato com alguns laboratórios de pesquisa lá, mas nós  
93 temos um, do qual eu faço parte, o Lagesa, coordenado pelo professor Raoni  
94 Rajão, que atua muito nessa parte, acredito que em todos os GTs listados. Eu não  
95 sei se vocês já entraram em contato com algum. Se não, depois nós podemos  
96 conversar.” Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Nós não entramos em  
97 contato ainda. Nós ainda não pedimos as indicações. Então eu gostaria muito de  
98 conversar com você, sabendo que você tem uma visão geral da UFMG, até para  
99 nos indicar quais seriam os laboratórios e setores mais pertinentes de participação.  
100 Então eu aceito, sim, as suas indicações. Inclusive, nós conhecemos e quem  
101 trabalha com mudanças climáticas conhece o Raoni Rajão. Ele realmente tem  
102 atuado com relação a mudanças climáticas, muito com relação a florestas. Então  
103 eu quero, sim, e vamos entrar em contato.” Conselheiro Guilherme Corrêa Abreu:  
104 “Para reforçar a posição da Larissa em relação à dúvida que o Paulo, o meu  
105 entendimento é que esses GTs são de acompanhamento do nível de aderências  
106 dos ODS no Estado de Minas Gerais. E as tomadas de decisão, as decisões  
107 específicas mesmo referentes a cada um dos ODS – não só ODS referente a esta  
108 Câmara – seriam feitas nas suas respectivas Câmaras do COPAM, onde há a  
109 paridade e a representação de todos os setores de maneira equilibrada. Eu não  
110 entendo esse grupo de acompanhamento como um grupo de decisão, mas um  
111 grupo de informação de como está o acompanhamento, de como está o nível de  
112 aderência dos ODS e por aí vai. Então eu não vejo problema nenhum. Só para  
113 referendar isso, não vejo problema em ter que garantir 100%, uma paridade de  
114 entidades nos GTs. Logicamente, até a Larissa está colocando que são livres o  
115 acesso e a participação como um todo.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Eu  
116 entendo. Realmente, é só um grupo mesmo para discussão, para fomentar aquilo  
117 que é encaminhado para as Câmaras. Só que quando o Grupo decide sugerir algo  
118 para a Câmara isso tem um peso na discussão também da Câmara. E também no  
119 sentido de fomentar a paridade nas instâncias. Então o Grupo é uma instância,  
120 então a paridade pode ser observada até para oportunizar. Vamos supor, vai ter  
121 que ter um limite nesse Grupo, limite de pessoas. E se vai ter um limite tem que ter  
122 também uma paridade na oportunização de cadeiras. Então é questão de  
123 democracia e de facilitar o debate. É nesse sentido.” Presidente Letícia Capistrano

124 Campos: “Estão tendo algumas perguntas também via chat. A Laylla fez uma  
125 pergunta de qual é a periodicidade das reuniões.” Larissa Assunção Oliveira  
126 Santos/FEAM: “Ainda não decidimos isso, porque estamos pensando primeiro nas  
127 primeiras reuniões para decisão dos indicadores, para entender quais indicadores  
128 poderiam entrar e quais as ações das casas que poderiam entrar no Observatório.”  
129 Conselheira Laylla Gabrielle Borges Correia Freitas: “Eu sou entusiasta também  
130 desses ODS, nós temos os projetos interdisciplinares lá na universidade que as  
131 contemplam. São muitos interessantes. Quando você apresentou esses quatro  
132 GTs, eu já comecei a pensar quem eu poderia indicar, quem deveria ser indicado  
133 para cada um deles e me veio à mente que essas pessoas perguntariam isso,  
134 possivelmente em função de trabalho. Então se você tivesse alguma noção de  
135 periodicidade e, sobretudo, de horário de reunião, para indicarmos realmente  
136 alguém que seja engajado para que traga resultados, que faça alcançar o objetivo  
137 dos GTs, tendo em vista o quão importante e essencial são essas discussões.”  
138 Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Nós não temos ainda o horário, mas é  
139 importante ter tocado nessa questão de periodicidade e horários. Eu vou tentar  
140 definir isso o mais rápido possível, para que já envie junto com o pedido de  
141 indicações. Então nesse primeiro ofício eu já vou enviar. Muito obrigada, foi bom  
142 você ter me alertado.” Conselheira Laylla Gabrielle Borges Correia Freitas:  
143 “Obrigada pela excelente apresentação, assim como a anterior, da SEMAD. Eu  
144 estou muito satisfeita e aproveito a oportunidade que vocês me deram para falar  
145 que estou muito grata de participar como conselheira deste grupo, uma missão tão  
146 nobre.” Presidente Letícia Capistrano Campos: “Uma outra sugestão é do Alfredo,  
147 do Crea: ‘Em nome do Crea, eu gostaria de sugerir a nossa participação nos  
148 Grupos 3 e 4, inicialmente’. Ele pediu também para postar novamente a divisão  
149 dos Grupos. A assessoria já está postando.” Conselheiro Márcio Roberto Ferreira  
150 de Oliveira Ribeiro: “Eu gostaria de fazer uma pergunta: esse pedido vai vir pela  
151 SEMAD?” Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Pela FEAM.” Conselheiro  
152 Márcio Roberto Ferreira de Oliveira Ribeiro: “A segunda é uma sugestão. Nós  
153 temos feito um trabalho na Secretaria de Cultura e Turismo tentando entender  
154 como os ODS encaixam dentro do nosso escopo de trabalho e já identificamos que  
155 temos uma relação forte com o 16 e o 17. Aí eu gostaria, no GT3, que tem o ODS  
156 17, que colocasse a Secult também, por gentileza. Eu não sei como estão as outras  
157 Secretarias. Eu acho que até, às vezes, antes de solicitar a participação das  
158 Secretarias que tivesse um escopo para orientar as Secretarias, ‘os ODS tais  
159 trabalham esse e esse assunto’. Para verem se tem relação com os setores, porque  
160 aí fica mais direcionado. Às vezes até nessa questão de vários órgãos, talvez um  
161 já faz o papel do outro e se consegue identificar. Se está tendo um trabalho talvez  
162 de preservação, poderia estar ligado à FEAM ou à SEMAD, e aí poderia vir só de  
163 um órgão ou centralizar num órgão. Seria a minha sugestão, que tivesse um  
164 escopo básico para que os órgãos identificassem os Grupos de Trabalho e as  
165 ações com as quais poderiam ter relação.” Larissa Assunção Oliveira  
166 Santos/FEAM: “Eu achei excelente a sua colocação e acho que podemos trabalhar

167 em algo assim. Não podemos considerar que todas as Secretarias tenham  
168 trabalhado ou já identificado as suas ações dentro dos ODS, como a Secult fez.  
169 Então talvez seja uma iniciativa bem legal de se fazer antes da criação dos Grupos  
170 de Trabalho. Então eu agradeço e já anotei.” Presidente Letícia Capistrano  
171 Campos: “O conselheiro Alfredo agradeceu pela deferência e também sugeriu o  
172 Crea para o GT nº 2, não somente para o 3 e o 4.” Conselheiro Paulo José de  
173 Oliveira: “Eu vou me colocar à disposição também para o Grupo 1.” Presidente  
174 Letícia Capistrano Campos: “Muito obrigada, Larissa. Mais uma vez, parabéns pelo  
175 grande trabalho que tem desenvolvido à frente do Núcleo de Sustentabilidade,  
176 Energia e Mudanças Climáticas. Eu acho que não só eu, mas todos os conselheiros  
177 têm percebido isso durante essas duas reuniões que realizamos. Eu gostaria  
178 mesmo de parabenizá-la pelo trabalho.” **7) AVALIAÇÃO DAS EMISSÕES**  
179 **HISTÓRICAS SETORIAIS E POSSÍVEIS TENDÊNCIAS PARA MINAS GERAIS.**  
180 **Projeto Icat - Initiative for Climate Action Transparency. Centro Brasil do**  
181 **Clima (CBC) e Coppe/UFRJ. Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação**  
182 **e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Bruna  
183 Silveira Guimarães, do Centro Clima, apresentou à Câmara uma avaliação das  
184 emissões históricas setoriais e possíveis tendências para Minas Gerais, no âmbito  
185 do Projeto Icat. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD.  
186 Manifestações. Conselheiro Guilherme Corrêa Abreu: “Eu acho que tem que se  
187 tomar um pouco de cuidado no manuseio dos dados e nas conclusões acerca dos  
188 dados, por diversos fatores. Eu vou citar um de maneira bem geral. A Bruna  
189 colocou logo no início que à medida que o PIB decresce as emissões decrescem,  
190 se o PIB sobe, as emissões sobem. Então qualquer ação de redução de emissão  
191 que venha a ser feita, se não tiver o devido cuidado, vai implicar numa redução de  
192 PIB também do Estado nos próximos anos, haja vista que 2025 está aí. São cinco  
193 anos. E para que se possa ter o mesmo desempenho econômico com menor  
194 emissão de CO2 muitas das vezes precisaria implementar determinadas  
195 tecnologias que demandam muito mais do que cinco anos para serem  
196 desenvolvidas, para serem tecnologicamente aceitáveis e reduzirem as emissões,  
197 de fato. Esse é o primeiro ponto que eu acho que tem que tomar muito cuidado. O  
198 segundo ponto é o seguinte, eu percebi que o que foi feito foi uma análise de  
199 relatórios existentes para se fazer um cenário de como estão as emissões no  
200 Estado de Minas Gerais. É isso que foi feito, não é, Bruna?” Bruna Silveira  
201 Guimarães/Centro Clima: “O projeto utiliza os dados que os Estados integrantes  
202 fornecem, porque o nosso projeto não inclui a elaboração dos inventários. Então  
203 os inventários são disponibilizados, e nós fazemos a parte de análise e depois a  
204 proposição de medidas de mitigação.” Conselheiro Guilherme Corrêa Abreu: “E  
205 nesse processo foram envolvidas pessoas do Estado de Minas Gerais ou ficou tudo  
206 concentrado na equipe de vocês?” Bruna Silveira Guimarães/Centro Clima: “Nós  
207 estamos em contato também com pessoas de Minas.” Conselheiro Guilherme  
208 Corrêa Abreu: “Na elaboração do material.” Bruna Silveira Guimarães/Centro  
209 Clima: “No caso, foi a nossa equipe, utilizando também o relatório de vocês.”

210 Conselheiro Guilherme Corrêa Abreu: “O que eu faço ressalva aqui para o  
211 Conselho é que estamos falando de dados até 2014 e já estamos em 2020. É  
212 importante que participem as entidades na elaboração não só dessa análise inicial.  
213 Realmente foi uma análise de cenários que já existiam em nível de Estado. Mas  
214 qualquer tipo de tomada de decisão futuramente tem que envolver as entidades e  
215 instituições do Estado, não pode vir algo assim de uma forma muito simplista.  
216 Desculpa até a palavra. ‘Nós estamos no Estado de Minas Gerais, os emissores  
217 maiores são esse, esse e esse, então nós vamos atacar esse, esse e esse’, sem  
218 verificar qual é o impacto, sem verificar qual é a possibilidade e sem verificar – o  
219 que eu não vi até o momento – qual é a real contribuição para o cumprimento da  
220 NDC nacional. Talvez o grande ponto que esse trabalho pode ajudar seja com base  
221 no que está previsto de ações de redução na NDC nacional. Existem pontos de  
222 ações, como desmatamento do Cerrado, da Amazônia, adoção de energia limpa e  
223 uma série de outras coisas, mas o que o Estado está contribuindo para isso. E não  
224 vir apontar no Estado o que o Estado precisa de reduzir em termos de ação  
225 mitigadora. Eu acho que a conversa tem que ser ao contrário. O Brasil se  
226 comprometeu com redução de 37% e 43%, 2025 e 2030: o que o Estado de Minas  
227 Gerais poderá contribuir para aquilo que está estabelecido na NDC? E não o  
228 contrário: ‘O Estado emite tanto e tem que reduzir aqui e aqui’. Isso não faz sentido.  
229 Mesmo porque uma redução no Estado pode significar o aumento de emissões em  
230 outros locais do país. Isso é possível, por isso que a análise não é tão simples.  
231 Uma redução do Brasil pode significar aumento em outros locais, o efeito do CO2  
232 é global, e vai embora toda a questão de reduzir o efeito. E por aí vai. Então não é  
233 tão simples. E o que me preocupa muito? Nós tivemos a palestra do Guilherme no  
234 mês passado, se não me falha a memória. De um mês para cá já teve uma  
235 avaliação profunda dos dados e já está no produto 4, sem ter um envolvimento  
236 muito grande das entidades que são participantes desse relatório. Por exemplo,  
237 essa questão do aterro, esse aumento de cento e tantos por cento. São pontos  
238 questionáveis. Há que se discutir esses itens antes de se tomar a decisão de que  
239 ‘os indicadores são esses’, que ‘as ações de mitigação são essas’. Porque se não  
240 daqui a pouco nós vamos ter o seguinte: ‘A ação de mitigação é essa, tem que  
241 fazer isso e isso para o Estado e acabou’. E não é por aí, é bem mais complexa a  
242 coisa como um todo. O outro comentário que eu falei: por que energia está somada  
243 com indústria naquele determinado momento? Não é só o setor de indústria que  
244 consome energia, os outros setores também consomem.” Bruna Silveira  
245 Guimarães/Centro Clima: “Mas tinha todo um slide falando de energia e todos os  
246 setores que emitem energia. A energia estava sendo contabilizada naquele slide  
247 que eu mostrei. Na indústria, eu só retomei, não foi somada duas vezes. A energia  
248 está realmente somada só na parte de energia. Mas considerando a importância  
249 do uso de energia na indústria eu só retomei para trazer para a discussão. Mas, de  
250 fato, todos os setores usam energia.” Conselheiro Guilherme Corrêa Abreu: “Mas  
251 aí você coloca ‘a indústria associada à energia é o setor que mais emite’. Eu acho  
252 que não é por aí o posicionamento.” Bruna Silveira Guimarães/Centro Clima:

253 “Inclusive, eu falei que era o setor de transporte.” Conselheiro Guilherme Corrêa  
254 Abreu: “Quando você falou ‘indústria’, você falou que indústria mais energia é o  
255 setor que mais emite.” Bruna Silveira Guimarães/Centro Clima: “Eu acredito que  
256 tenha falado do setor de transporte. Então peço desculpas se falei errado.”  
257 Conselheiro Guilherme Corrêa Abreu: “Eu só estou querendo colocar essas coisas  
258 para que a análise e tomada de decisão do que pode ser feito não pode ser  
259 unilateral de uma maneira única por análise de dados que terminaram em 2014.  
260 Nós estamos em 2020. E pura e simplesmente ‘vamos reduzir aqui, vamos reduzir  
261 ali e pronto.’ Como é que isso atende à NDC? Eu acho que o principal objetivo é o  
262 que o Estado de Minas Gerais está fazendo ou poderá fazer para contribuir com  
263 atendimento das NDCs do Brasil. Esse que é o principal ponto para se ter uma  
264 ação de redução de emissão no Estado de Minas Gerais. Eu vou trazer um ponto  
265 em pauta aqui. Nós tivemos há algum tempo uma proposta da FEAM – talvez a  
266 Larissa se lembre disso –, e nessa proposta existia uma proposição de se reduzir  
267 a emissão específica per capita do Estado de Minas Gerais até 2030, com  
268 determinados valores. Eu não me lembro dos números. Baseado no que existe  
269 hoje em locais de referência e por aí vai. Sem avaliar qual é o impacto financeiro  
270 disso. Quando isso bateu na Fiemg, nós fizemos uma análise no setor econômico  
271 e vimos que o impacto financeiro era uma coisa absurda se nada fosse feito, se  
272 fosse feita a simples redução sem considerar nenhuma ação de mitigação possível,  
273 e simplesmente pela redução da produção, pela redução do consumo, do PIB do  
274 Estado. Então teve um impacto econômico muito grande. Quer dizer, não é que  
275 não é para se fazer, é que não pode ser feito de qualquer forma. Esse é o ponto  
276 que eu queria deixar ressaltado no momento.” Larissa Assunção Oliveira  
277 Santos/FEAM: “O Guilherme, do CBC, está aqui na sala para responder os seus  
278 questionamentos, mas com relação à tomada de decisão é por isso que na última  
279 palestra do Guilherme, na primeira, na verdade, nós falamos da reativação do  
280 fórum. Porque realmente, além do que estamos trazendo aqui na Câmara Técnica,  
281 que é justamente para discussão, para entendimento, para análise, como você está  
282 fazendo, nós pretendemos também levar para o fórum para que seja decidido ou  
283 analisado em conjunto e não somente o Meio Ambiente, mas todos os outros  
284 órgãos. E é por isso também que fazemos questão de trazer aqui.” Guilherme  
285 Rodrigues Lima/Centro Brasil do Clima: “Eu achei apenas oportuno fazer uma  
286 complementação aqui, até contextualizando um pouco melhor o projeto como um  
287 todo, para ajudar nessa compreensão. E explicar que etapa foi essa desse relatório  
288 que a Bruna apresentou agora. O projeto já está no seu quinto mês de execução,  
289 e Minas Gerais foi escolhido como um dos Estados piloto. Inclusive, teve a  
290 participação da Larissa em um workshop que nós fizemos. Então Minas foi  
291 escolhido, e nós iniciamos esse contato com o Estado, principalmente através da  
292 FEAM, e estamos mantendo contato constante. Nós tínhamos falado para a Larissa  
293 sobre esse relatório, que está em uma última etapa de revisão. Apenas explicar  
294 que esse primeiro relatório foi baseado, principalmente, nas publicações do próprio  
295 Estado, principalmente no Balanço Energético do Estado e no próprio Inventário

296 do Estado. Por que foi até 2014 que foi feita essa análise? Foi opção de usar dados  
297 do próprio Estado que consideramos mais razoáveis, que são considerados mais  
298 razoáveis, uma vez que a fonte vem do próprio governo de Minas Gerais. E esse  
299 primeiro relatório foi uma primeira análise das emissões históricas, para fazer essa  
300 análise, para poder contextualizar como um todo. Em seguida, vai ser a elaboração  
301 de cenários com base nessas tendências que foram analisadas, cenários para  
302 2030, considerando, primeiro, um cenário tendencial e em seguida um cenário de  
303 mitigação, considerando ações de mitigação. E aí obviamente essa vai ser uma  
304 etapa que vai demandar muito mais a interação com a equipe do Estado. Conforme  
305 foi falado pelo Guilherme, é óbvio que não é uma ação uma pesquisa unilateral.  
306 Com certeza, para se identificar opções de mitigação é necessário que tenha uma  
307 participação do Estado, o envolvimento do Estado, não uma coisa feita unicamente  
308 pela equipe do CBC, sem haver uma consulta. E por isso justamente que nós até  
309 apresentamos essa proposta de envolvimento do fórum em Minas Gerais. E temos  
310 até ideia de criação de uma câmara técnica que possa acompanhar esses estudos.  
311 Que de fato haja o envolvimento dos diversos atores, da academia, dos setores  
312 interessados, do governo, para que esse estudo possa ser o mais participativo  
313 possível e o mais consistente possível. Então, de fato, a identificação das  
314 oportunidades não deve ser feita de forma unilateral, e deve haver participação. E  
315 o fato de se terem usado dados até 2014 foi justamente pela opção de usar dados  
316 do próprio Inventário de Minas Gerais. Como a Bruna falou, nós ficamos  
317 disponíveis para tirar outras dúvidas. A Bruna, que é do Centro Clima, que está  
318 realizando também esse estudo em parceria com o Centro Brasil do Clima, que eu  
319 represento. Eu sou coordenador do projeto no Centro Brasil do Clima. E nós  
320 ficamos à disposição para tirar outras dúvidas.” Conselheiro Guilherme Corrêa  
321 Abreu: “Eu queria só acrescentar. Eu vejo dois objetivos diferentes. Um objetivo é  
322 entender o que o Estado de Minas Gerais está fazendo para atender e contribuir  
323 para as NDCs brasileiras. O segundo objetivo é fruto da nossa Política Estadual de  
324 Mudança do Clima, que já estamos desenvolvendo há um tempo, e são quais as  
325 ações de mitigação que o Estado deverá fazer nos próximos anos. O segundo faz  
326 parte do primeiro, o segundo contribui para o primeiro, mas o primeiro não é o  
327 segundo. O segundo é muito mais amplo. Então a fala inicial, o Icat 1 e o Icat 2. O  
328 Icat 1 é o atendimento das NDCs brasileiras. E o Icat 2 é o atendimento das NDCs  
329 dos Estados. Está muito mais no primeiro objetivo, não no segundo, que tem um  
330 nível de discussão ampla dos participantes já de longa data. A Larissa sabe disso,  
331 há muito a gente vem discutindo e vemos como é difícil encaminhar um plano de  
332 mitigação de médio e longo prazo para contribuir com a redução das emissões no  
333 Estado como um todo, o que vai contribuir para as NDCs brasileiras. Não tenha  
334 dúvida de que vai. Mas eu queria deixar isso bem claro, pelo menos para os demais  
335 conselheiros entenderem, da importância da diferença. Se não daqui a pouco  
336 estamos no primeiro objetivo estabelecendo medidas de mitigação sem ter o  
337 devido nível de discussão com os atores participando do objetivo 2, que no meu  
338 entender o ambiente é a Política Estadual de Mudança do Clima. É para isso que



339 a Política Estadual de Mudança do Clima foi criada. E logicamente o Fórum de  
340 Mudança do Clima do Estado é para discutir essas coisas também.” Larissa  
341 Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Até por isso também tem o COPAM. Então eu  
342 entendo o seu questionamento e acho que é importante, mas quero deixar claro  
343 que os conselheiros vão participar de todas as discussões e vão poder contribuir.  
344 Como o Guilherme disse, não é algo que estamos fazendo unilateral, é por isso  
345 mesmo que queremos reativar o fórum e voltar a ter as discussões mais amplas.”  
346 Bruna Silveira Guimarães/Centro Clima: “Eu queria só acrescentar que, como o  
347 Guilherme falou, essa foi uma análise bem inicial mesmo. Nós estamos no produto  
348 4 e temos para frente mais dez produtos. Então foi só uma avaliação inicial das  
349 séries históricas. Nesse relatório não propomos nenhuma medida de mitigação, foi  
350 só realmente uma avaliação inicial para dar o pontapé nos estudos.” Presidente  
351 Letícia Capistrano Campos: “Eu faço das palavras da Larissa minhas palavras  
352 também, tudo isso vai ser discutido no fórum, que pretendemos reativar. Desde o  
353 início, nós destacamos essa questão. O próprio CBC, quando nos selecionou,  
354 exigiu de nós essa reativação do fórum, justamente para que tudo fosse  
355 devidamente discutido lá.” **8) ENCERRAMENTO.** Presidente Letícia Capistrano  
356 Campos: “Eu gostaria só de pedir a vocês – agora que essas reuniões do COPAM  
357 e do CERH estão acontecendo de forma online, no YouTube – um apoio na  
358 divulgação para que as pessoas assistam mais às reuniões das Câmara de Energia  
359 e Mudanças Climáticas. Então eu gostaria de pedir um apoio de vocês conselheiros  
360 no sentido dessa divulgação. E gostaria também de destacar que na Semana do  
361 Meio Ambiente, nos dias 3 e 4 de junho, nós realizamos um webinar ‘Virada  
362 Ambiental: Desenvolvimento de uma economia verde pós-pandemia - Direções e  
363 tendências’. Está registrado no canal do YouTube do Meio Ambiente de Minas  
364 Gerais. Para quem tiver interesse em assistir, está disponível.” Conselheiro  
365 Leorges de Araújo Rodrigues: “Eu acho que talvez um meio legal de divulgarmos  
366 seja o canal da Secretaria Geral, que tem grande participação da Segov. Eu vou  
367 ver se é possível divulgar as reuniões por lá, porque é um canal bem interessante.”  
368 Presidente Letícia Capistrano Campos: “O link, inclusive, está no convite da  
369 reunião. Muito obrigada.” Não havendo outros assuntos a serem tratados, a  
370 presidente Letícia Capistrano Campos declarou encerrada a sessão, da qual foi  
371 lavrada esta ata.

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

376 **Letícia Capistrano Campos**  
377 **Presidente suplente da Câmara de Políticas**  
378 **de Energia e Mudanças Climáticas**